



PLENÁRIO 7

Boletim informativo da Comissão de Seguridade Social e Família

Brasília, 9 de abril de 2008

Ano 2 - número 32

Projeto obriga clínicas a ter equipamento de reanimação

Todas as clínicas que realizarem cirurgias de qualquer natureza ficam obrigadas a possuir equipamentos de reanimação e farmácias básicas com medicamentos essenciais à reanimação humana. É o que prevê o Projeto de Lei 6660/06, da deputada Sandra Rosado (PSB-RN), que está pronto para ser votado pela Comissão de Seguridade Social e Família.

Na avaliação da autora, a regulamentação da exigência é importante, na medida em que vêm ocorrendo casos graves de acidentes vasculares, inclusive com a morte cerebral dos pacientes, “exclusivamente por falta de equipamentos e medicamentos apropriados nas clínicas operatórias”. A parlamentar acrescenta, ainda, que o noticiário brasileiro mostra apenas os



Solange Almeida

casos ocorridos em pessoas conhecidas pela mídia, mas o número de pacientes com seqüelas graves por falta desta exigência seria muito maior.

Relevância

A relatora da matéria, deputada Solange Almeida (PMDB-RJ), sugeriu a aprovação do PL, pois entende que essa exigência vai contribuir para a melhoria da saúde individual e coletiva,

reduzindo os riscos de morte nas cirurgias, principalmente as estéticas. “Muitos pacientes morrem, especialmente aqueles que se submetem às intervenções estéticas, como as cirurgias plásticas, exatamente pelo fato de não receberem atendimento adequado quando surgem complicações, como os casos de parada cardiorrespiratória”, adverte.

A deputada ressalta que as situações emergenciais são previsíveis, pois possuem certa probabilidade de ocorrerem em uma cirurgia. Portanto, estas situações deveriam ser antecedidas de providências que propiciem uma salvaguarda à vida das pessoas que enfrentam uma cirurgia.

Tramitação

O projeto será analisado também pela Comissão de Finanças e Tributação.

Aborto

Pesquisa Datafolha realizada em março deste ano mostra que 68% dos brasileiros não desejam mudanças na legislação sobre o aborto. O resultado da pesquisa foi apresentado pelo jornal *Folha de S. Paulo* do último domingo. O Datafolha entrevistou 4.044 brasileiros com 16 anos ou mais em 159 municípios. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Segundo o Datafolha, o percentual dos que defendem a atual legislação subiu de 63% em 2006 para 65% em 2007. O estudo mostra, no entanto, que quanto mais alta a escolaridade dos entrevistados, maior o apoio a mudanças na lei.

De acordo com a matéria, o crescimento do percentual dos que são contrários a mudanças pode estar relacionado à campanha desenvolvida pela Igreja Católica contra o PL 1135/91, dos ex-deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, que se encontra na Comissão de Seguridade Social e Família.

EDSON SANTOS



Roberto Britto

Seguridade vai debater atendimento médico-hospitalar

A Comissão vai realizar audiência pública com o tema “De quem são as responsabilidades no atendimento e custeio dos pacientes de urgência?”. O encontro vai discutir o Projeto de Lei 3088/04, do deputado João Caldas (PL-AL), que obriga o atendimento médico-hospitalar por entidade de direito público ou privado, em caráter de emergência, a qualquer paciente, mesmo que haja alegação

de inexistência de convênio, ou credenciamento, ou vinculação a plano ou seguro de saúde ou, ainda, ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Considera-se atendimento médico-hospitalar em caráter de emergência todo aquele decorrente de acidentes domésticos, de trânsito e outros, bem como eventos inesperados que necessitem avaliação médica urgente que não possam

aguardar atendimento ambulatorial.

O autor do requerimento, deputado Roberto Britto (PP-BA), sugeriu a participação de representantes do Conselho Nacional de Saúde; planos de saúde; Ministério da Saúde; Santas Casas e dos hospitais privados não filantrópicos

A data da audiência ainda não foi definida.

Ministro explica novas regras para certificação das entidades beneficentes

Apesar da perda de receita, o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, defendeu o Projeto de Lei 3021/08 do Executivo, que prevê mudanças nas regras para concessão de certificado para as entidades beneficentes - conhecidas como filantrópicas. O PL estabelece ainda isenções fiscais a entidades de ensino, hospitais e entidades assistenciais. Segundo o ministro, a proposta dará celeridade à tramitação dos processos, maior controle e transparência as entidades e à sociedade. "A intenção não é acabar com o terceiro setor (entidades filantrópicas), mas sim acabar com a 'farra das filantrópicas', que, por falta de fiscalização do Estado, cresceu muito e está prejudicando as entidades de assistência social que atuam com seriedade", esclareceu o ministro durante audiência pública na Comissão de Seguridade Social e Família realizada na última quinta-feira (3).

Compensação

Marinho sugeriu aos deputados que apresentem emenda para regulamentar a compensação financeira ao Ministério da Previdência que será necessária devido à isenção da contribuição previdenciária do empregador que beneficiará as entidades filantrópicas. "Não cabe à Previdência financiar saúde, educação ou assistência social", disse o ministro.



Raimundo Gomes de Matos: alguns pontos do projeto precisam ser mais debatidos com a sociedade

Capacitação

O Ministério da Saúde está mais preparado para fiscalizar os procedimentos e o cumprimento dos requisitos que caracterizam os hospitais filantrópicos, defendeu o diretor de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, Alberto Beltrame, em resposta ao parlamentares que dizem estar preocupados com a proposta do Executivo. Ele informou que a pasta já tem um programa de avaliação dessas instituições. Beltrame lembrou que a origem dos

hospitais no País está ligada à prática das entidades beneficentes. "Os hospitais beneficentes são responsáveis por 33% dos leitos disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS)", acrescentou.

O procurador do Ministério Público Federal Pedro Antonio de Oliveira Machado afirmou ser necessário dar maior clareza a alguns pontos do PL 3021/08. Segundo ele, é preciso separar entidades beneficentes das que simplesmente prestam serviços de assistência social. "Exem-

plo desta ambigüidade é a classificação de instituições de educação e saúde que cobram pelos seus serviços como entidades de assistência social. Isto pode ocasionar dificuldades na análise de processos de assistência social pelos ministérios da Saúde e da Educação, o que resultaria em ações judiciais", advertiu o procurador.

Relator da matéria, que ainda se encontra na Comissão de Educação, o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), que participou da audiência, disse que a proposta é complexa e vai exigir muito cuidado em seu parecer para que injustiças não sejam cometidas. O deputado adiantou que vai sugerir a retirada do Ministério da Educação do processo de concessão dos certificados, pois entende que o Ministério não precisa de mais bolsas de estudos. Ele adiantou também que pretende realizar seminários no sul do País, já que 70% dos hospitais do Rio Grande do Sul praticam filantropia.

Pulverização

Para o presidente da Comissão, deputado Jofran Frejat (PR-DF), o Ministério da Previdência Social não deveria ficar fora do processo de certificação de entidades filantrópicas. "A Previdência Social deveria fazer parte de uma comissão, juntamente com os ministérios que passariam a conceder o certificado, pois é a Previdência quem perde receita com a concessão da isenção tributária da cota patronal do INSS para as entidades filantrópicas", avalia o parlamentar.

Frejat também não concorda com a "pulverização" do processo de concessão prevista na proposta do Executivo, que transfere a responsabilidade de conceder ou fiscalizar os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas) para os ministérios da Educação, da Saúde e do Desenvolvimento Social. Para ele, quanto mais gente se colocar nesse processo, mais chances de acontecerem equívocos na concessão e fiscalização.

EXPEDIENTE

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

Presidente: Jofran Frejat (PR-DF)
1º Vice-Presidente: Rafael Guerra (PSDB-MG)
2º Vice-Presidente: Maurício Trindade (PR-BA)
3º Vice-Presidente: Raimundo G. Matos (PSDB-CE)

Secretário da Comissão: Wagner Padilha
Fones: (61) 3216-6784 - 3216-6785
Produção, Edição e Diagramação:
Antonio Júnior - (61) 3216-6783

Endereço: Câmara dos Deputados - Anexo II Pav.
Superior, Ala A, Sala 145
<http://www.camara.gov.br/comissoes/permanentes/cssf>
E_mail: cssf@camara.gov.br

Ministro explica novas regras para certificação das entidades beneficentes

Preocupação com a proposta do Executivo



Paulo Rubem Santiago

O deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) criticou a proposta do Executivo. Segundo ele,

o projeto traz algumas questões que não são relacionadas à certificação e regulamentação de isenções das contribuições da Seguridade Social - em especial na área da educação, pois permite estender para as creches, educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio a mesma política que vigora na concessão de bolsas universitárias (PróUni). “É desnecessário criar vagas em escolas privadas por meio de isenção fiscal”, criticou. Na avaliação do deputado, a parte da educação deve ser retirada do projeto.



Raimundo Gomes de Matos

Já o autor do requerimento de realização da audiência, deputado Raimundo Gomes

de Matos (PSDB-CE), disse estar preocupado com o projeto da forma como ele está. Segundo ele, não existe sintonia entre os ministérios que justifique a retirada do Conselho Nacional de Saúde (CNS) da certificação das entidades beneficentes. “O Ministério da Saúde passa por uma grave crise de financiamento. E com esta mudança, ele passará a ter mais uma responsabilidade, para a qual não está preparado”, advertiu o parlamentar.

Outro crítico à proposta do Executivo, o deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS) questionou o ministro Marinho sobre a estrutura oferecida pelos ministérios na certificação. “Fiquei triste em ouvir o ministro dizer que existe uma ‘farra na filantropia’. Coitado do país que vira as costas para o voluntariado e a filantropia”, advertiu. O deputado lembrou ao ministro que a Saúde “quebra” se houver um baque na filantropia. Para Perondi, a atual legislação precisa ser aperfeiçoada. Entretanto, ele defende que é preciso cuidado para não acabar com o terceiro setor. Esta e outras perguntas que ficaram sem resposta serão respondidas pelo ministro por escrito.

Principais mudanças

O projeto retira do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Ministério da Previdência Social, o poder de conceder e fiscalizar os Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas).

Pela proposta, cada ministério passará a ser responsável pela concessão e fiscalização dos Cebas, que terão validade de um a três anos (hoje todos são de três anos). Caberá ao Ministério da Saúde avaliar hospitais e entidades afins; ao Ministério da Educação lidar com entidades de ensino; e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome avaliar entidades de assistência social.

A proposta estabelece também que, diante de irregularidades, o certificado poderá ser cancelado a qualquer momento, mesmo dentro do prazo de validade. Os ministérios terão prazo de 15 dias para informar à Receita Federal o seu cancelamento, a fim de os impostos voltem a ser cobrados.

Isenção de impostos

Segundo dados do CNAS, atualmente existem cerca de 8 mil entidades beneficentes no País, o que reduz a arrecadação anual em quase R\$ 4 bilhões. As entidades são isentas de todos os impostos, inclusive sobre renda e taxas municipais; das contribuições sociais, como PIS e a Cofins; e da contribuição patronal à Previdência Social.

Transição

Segundo o ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, aprovado o Projeto de Lei 3021/08, os processos que ainda estariam em fase de apreciação seriam distribuídos entre os três ministérios, que teriam um prazo de 12 meses para julgá-los. Entretanto, ele sugeriu que os parlamentares definam regras claras para os prazos de liberação dos futuros certificados, que seriam emitidos pelos ministérios.



Resultado da reunião do dia 2 de abril

Comissão vai discutir epidemia de dengue no Rio de Janeiro

Durante a reunião ordinária da última quarta-feira (2), a Comissão de Seguridade Social e Família aprovou seis requerimentos. Entre eles, o da deputada Andréia Zito (PSDB-RJ) pela realização de audiência pública para discutir o surto de dengue no município do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense e no Norte do Estado. O debate vai abranger também os riscos da proliferação em outros municípios cariocas, bem como nos demais estados. Para a deputada é preciso traçar uma estratégia de vigilância, prevenção e o combate da epidemia em âmbito municipal, estadual e nacional.

Andréia Zito destaca ainda o aumento preocupante dos casos de dengue registrados no Rio



Andréia Zito

de Janeiro, principalmente entre as crianças. "Só nos primeiros três meses deste ano, tivemos mais casos de que em todo o ano de 2007. Além disso, o índice de letalidade é cinco vezes superior ao que é considerado aceitável pela Organização Mundial de Saúde", alertou.

EDSON SANTOS

Foram convidados para a audiência:

- o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Oliveira Penna;
- o presidente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Danilo Forte;
- o presidente da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Paulo Marchiori Buss;
- o secretário de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro, Sérgio Côrtes;
- o secretário municipal de saúde do Rio de Janeiro, Jacob Kligerman;
- o secretário municipal de saúde de Duque de Caxias, Oscar Jorge Berro;
- o secretário municipal de saúde de Nova Iguaçu, Suely das Graças Alves Pinto; e
- o secretário municipal de saúde de Campos, Rodrigo Sérgio Collares Quitete.

A data da audiência ainda não foi definida.

Comissão externa

A Comissão aprovou também requerimento do deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) para criação de uma comissão externa que verificará, com autoridades sanitárias e orçamentárias do estado do Rio de Janeiro, as razões da epidemia de dengue no Estado.

Segundo o presidente da Comissão, deputado Jofran Frejat (PR-DF), é preciso verificar, de forma urgente, as motivações que levaram a um quadro tão grave nas condições de saúde da população do estado do Rio de Janeiro. "O número de mortes ocorridas indicam taxa de óbitos superior ao esperado se houvesse tratamento adequado", questiona Frejat.



Nazareno Fonteles

Hospitais públicos de Brasília

Já o deputado Nazareno Fonteles (PT-PI) quer discutir a situação dos hospitais públicos do Distrito Federal. Segundo Fonteles, a intenção da audiência é colaborar para que a população do DF - que recebe pacientes de vários estados - tenha melhor qualidade no atendimento às demandas de saúde.

O deputado ressalta que a assistência à saúde no Distrito Federal enfrenta problemas graves, como falta de medicamentos e de recursos, inclusive para tratamento oncológico. "A situação é tão grave que está prevista uma greve para este mês", adverte.

Foram convidados para a audiência:

- secretário de Saúde do Distrito Federal, Geraldo Maciel;
- presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, César Galvão;
- presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Distrito Federal, Antonio Agamenon; e
- o coordenador nacional dos Conselhos de Saúde do Distrito Federal, Francisco Teixeira.

A data da audiência ainda não foi definida.